



Interpeleção Escrita

O caso da recente fuga de um arguido no “Dynasty Plaza”, na zona dos NAPE, suscitou a atenção da população de Macau sobre a segurança pública. Na altura, eram três os agentes policiais responsáveis pela condução do arguido até ao Ministério Público, mas quando chegaram à porta, aquele, repentinamente, ofereceu forte resistência, e conseguiu fugir. Muitos residentes imputaram a culpa desta fuga aos três agentes policiais da linha da frente que, de certo modo, se transformaram em bode expiatório do Governo da RAEM.

Muitos serviços públicos estão localizados em edifícios comerciais, incluindo o Ministério Público e diversos tribunais judiciais, para onde os arguidos e reclusos precisam de ser conduzidos. Estes edifícios comerciais apresentam muitas limitações, que não só não ajudam os trabalhadores da função pública da linha da frente no exercício das suas funções, como até aumentam as suas dificuldades. Voltando ao referido caso, este deveu-se, na prática, à falta de condições do edifício comercial em causa, pois foi devido à falta de instalações complementares que a fuga do referido arguido teve sucesso. Nos edifícios comerciais é sempre grande o fluxo de pessoas. E quando se conduzem os reclusos para os tribunais para julgamento, é



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

frequente encontrar residentes e reclusos juntos no mesmo elevador. Embora os reclusos sejam algemados e conduzidos por agentes policiais, a sua presença suscita, inevitavelmente, alguma inquietação entre os residentes. Se por acaso vier a registar-se algum sequestro, as consequências são inimagináveis, e os agentes policiais da linha da frente serão, mais uma vez, o bode expiatório.

Para além do Tribunal Administrativo, grande parte das instalações judiciais de Macau dispõe de salas para detenção preventiva da liberdade de indivíduos suspeitos, nomeadamente aqueles cuja violência possa constituir uma ameaça para a sociedade. Porém, como os centros comerciais não foram desenhados para a instalação de órgãos judiciários, apresentam deficiências ao nível da segurança e da sua credibilidade enquanto locais para detenção preventiva, sendo portanto fácil verificarem-se lacunas nas medidas de segurança. Há três anos registou-se um apagão nas instalações do Tribunal de Base, situadas no edifício comercial Macau Square, que levou à sua paralisação, e que bem demonstrou as deficiências de segurança nos centros comerciais.

Não há dúvida que cabe ao pessoal das forças policiais que trabalha na linha da frente assumir parte da responsabilidade por este incidente, mas o Governo também tem que se responsabilizar pelas deficiências das instalações físicas. Mesmo dispondo dos melhores equipamentos ao nível de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

software, os problemas graves continuam a acontecer se o hardware for deficiente. Por conseguinte, seria injusto se toda a responsabilidade fosse atribuída ao pessoal da linha da frente das forças policiais. Pode verificar-se que, em toda a parte do mundo, os órgãos judiciários dispõem de edifícios próprios, mas em Macau, a maioria deles está instalada em edifícios comerciais, apenas os tribunais da segunda e da última instâncias têm edifícios próprios. Assim sendo, apelo ao Governo para que dê início, quanto antes, à construção de um edifício para os tribunais. De facto, o Governo da RAEM já afirmou que ia construir um edifício para os órgãos judiciais e para o Executivo, contudo, ainda não divulgou nem planos nem calendarização.

Nestes termos, interpelo o Governo, **solicitando que me sejam dadas respostas, de forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. Qual foi o fundamento do Governo da RAEM para instalar os órgãos judiciais, nomeadamente, os tribunais e o Ministério Público, em edifícios comerciais? Antes de tomar esta decisão, teve em conta se, de facto, aquelas instalações comerciais conseguiam satisfazer as necessidades dos órgãos judiciais?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

2. O fluxo de pessoas nos edifícios comerciais é grande, por isso, são muitas as oportunidades para encontros entre a população e os reclusos, quando estes são levados ao tribunal para audiências. O Governo acha apropriado que os tribunais estejam instalados em edifícios comerciais?

3. O Governo da RAEM refere nas Linhas de Acção Governativa para 2012 a construção de um edifício para os órgãos judiciais e para o Executivo na zona dos novos aterros, no entanto, nas LAG dos anos que se seguiram já nada mais se referiu sobre o assunto. O Governo dispõe de alguma calendarização e plano para a construção do edifício que vai albergar os órgãos judiciais e o Executivo?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Leong Veng Chai

28 de Março de 2014